

TURISMO DE NATUREZA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE AS NORMAS DE SEGURANÇA ADOTADAS POR OPERADORAS INTERNACIONAIS

Bianca Glória França de Oliveira Chagas¹
Luiz Cláudio Brito Simas Santos²
Sylvia Dalcom Bastos Barreto³
Carolina de Andrade Spinola⁴

RESUMO

O turismo de natureza engloba todas as atividades realizadas no meio natural, a exemplo do turismo de aventura e do ecoturismo, sendo um segmento com crescente procura nos últimos anos. O aumento no interesse por esta modalidade e os riscos inerentes à sua prática, notadamente em espaços protegidos, levantam a necessidade da realização de estudos acerca da segurança com que são implementadas. O presente trabalho busca identificar como essa questão é abordada na literatura internacional e refletir sobre a aplicabilidade de protocolos internacionais de segurança existentes para a realidade de unidades de conservação brasileiras, em especial para os parques nacionais. A pesquisa se caracteriza como de cunho exploratório, aplicando o método de revisão sistemática de literatura. O conjunto de dados colhidos foi pesquisado entre janeiro e agosto de 2022, nas plataformas acessadas pelo Portal Capes, com combinações de palavras chaves pré-definidas. Posteriormente à pesquisa de operadoras internacionais e os protocolos de segurança exigidos ou utilizados por estas, foi possível constatar que poucas ou nenhuma usa um protocolo de segurança de padrão internacional e, muitas deixam a segurança sob responsabilidade do visitante. Em seus sites de vendas de pacotes turísticos para destinos de natureza e ecoturismo é possível encontrar informações sobre as trilhas, sobre quais atividades serão realizadas, qual o valor a ser pago pelo destino e quais tipos de seguros se devem contratar em cada destino. Entretanto, ao procurar por protocolos de segurança, ou até mesmo guias simples e rápidos de segurança, não se obtinha resultado. O único protocolo de segurança existente em parte dos sites de operadoras internacionais tinha relação com a pandemia do covid-19.

Palavras-chave: Turismo de Natureza; Risco; Unidades de Conservação; Segurança do Visitante; Normas de Segurança.

NATURE-BASED TOURISM: A SYSTEMATIC REVIEW ON SAFETY STANDARDS APPLIED BY INTERNATIONAL OPERATORS

ABSTRACT

Nature tourism encompasses all activities carried out in the natural environment, such as adventure tourism and ecotourism, being a segment with increasing demand in recent years. The increase in interest in this modality and the risks inherent to its practice, notably in protected spaces, raise the need to carry out studies on the safety with which they are implemented. The present work seeks to identify how this issue is addressed in the international literature and to reflect on the applicability of existing international security protocols to the reality of Brazilian protected areas, especially for national parks. The research is characterized as exploratory, applying the method of systematic literature review. The dataset collected was searched between January and August 2022, on the platforms accessed by Portal Capes, with pre-defined keyword combinations. After researching international operators and the security protocols required or used by them, it was possible to verify that few or none use an international standard security protocol, and many leave security under the responsibility of the visitor. On its websites selling tourist packages for nature and ecotourism destinations, it is possible to find information about the trails, what activities will be carried out, the amount to be paid by the destination and what types of insurance should be taken out in each destination. However, when looking for security protocols, or even simple and quick

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Salvador, Brasil. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, Brasil. E-mail: biancagfochagas@gmail.com

² Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Salvador (UNIFACS). Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). E-mail: simaslucaofc@gmail.com

³ Doutoranda e mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador - UNIFACS. E-mail: sylvialdalcom@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Geografia pela Universidade Barcelona. Professora Titular e Coordenadora do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano na Universidade Salvador. E-mail: carolina.spinola@unifacs.br

security guides, there was no result. The only existing security protocol on part of the websites of international operators was related to the covid-19 pandemic.

Keywords: Nature-based Tourism; Risk; Conservation Units; Visitor Security; Safety Protocols.

1 INTRODUÇÃO

Entende-se por turismo de natureza, todas as atividades de lazer que são realizadas no meio natural, incluindo, principalmente, as modalidades do ecoturismo e do turismo de aventura, sendo este um dos segmentos que mais se popularizaram nos últimos anos. (OMT, 2018).

Com o aumento do interesse por esta prática e o conseqüente crescimento dos fluxos de pessoas procurando por áreas naturais, se torna mais preocupante a questão da segurança desses visitantes, notadamente quando buscam por espaços protegidos, como os parques nacionais.

O risco é inerente ao turismo de natureza, não podendo ser evitado (SPINK, 2004). Contudo, a adoção de protocolos e os investimentos em comunicação e infraestrutura minimizam as possibilidades de acidentes com os praticantes da atividade. Nesse sentido, o Ministério do Turismo instituiu diversas normas brasileiras, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), voltadas para a regulamentação e gestão da segurança de atividades direcionadas à prática do ecoturismo, onde inclui-se o turismo de natureza. Dentre estas, a ABNT NBR ISO 21101, que deve ser vista como obrigatória, sobre o Sistema de Gestão de Segurança, englobando todos os segmentos do turismo e não somente específicos, a ABNT NBR 21103, sobre a Informação para Participantes, que institui requisitos e mínimos de informações aos participantes que realizam estas atividades, e, a ABNT NBR ISO 21102, que regulamenta competências mínimas para os condutores destas atividades no meio natural. (ABETA, 2021).

A despeito desta regulamentação, ainda são frequentes as ocorrências de acidentes, muitas das vezes fatais, como: “RESTOS mortais de Hugo Ferrara, espanhol desaparecido em 2015, são encontrados no Brasil” (El País [Rio de Janeiro/Madri] 2017) e de relatos de desaparecimento de turistas como: “CASAL de turistas franceses desaparece em trilha na Chapada Diamantina e um deles é achado morto” (G1 [Bahia] 2020) e “IDOSA é resgatada por aeronave após se acidentar em área de difícil acesso durante passeio na Chapada Diamantina” (G1 [Bahia] 2022), eventos que demandam mobilização de uma força tarefa de resgate e salvamento nem sempre disponível nos principais destinos de turismo de natureza no

Brasil. Essa fragilidade limita as possibilidades de expansão da atividade, inclusive com a captação de turistas estrangeiros, prejudicando as condições de competitividade do País no cenário internacional. Frente a essa realidade, o presente artigo procura entender como as operadoras internacionais, dedicadas a esse segmento, equacionam a questão da segurança do visitante nos principais destinos em que operam.

De maneira mais específica, interessa a este estudo identificar que protocolos e práticas são utilizados por essas empresas, incluindo a escolha dos destinos, a adoção de normas específicas, planos de comunicação e de contingências, para os casos que demandem resgate e salvamento.

A despeito do crescimento da atividade e da importância do tema, é difícil encontrar estudos relacionados à segurança do visitante na literatura sobre turismo, o que tornam os resultados desta iniciativa ainda mais relevantes na tentativa de ordenar subsídios para uma estratégia de busca e salvamento que possa ser aplicado a unidades de conservação e os municípios que os cercam, com base em pesquisas, modelos e estudos internacionais que possam ser aplicáveis.

A pesquisa é de cunho exploratório, com base em pesquisa documental e revisão sistemática. A estrutura do artigo se caracteriza pela conceituação do turismo de natureza, unidades de conservação e estatísticas destes.

2 TURISMO DE NATUREZA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO

Existem diversas conceituações sobre o turismo praticado no meio natural, segmentadas pelas diferentes motivações e práticas desenvolvidas pelos visitantes nesses espaços. Tal variedade acarreta uma certa confusão entre essas modalidades que, inclusive, compartilham muitos elementos em comum, como no caso do ecoturismo e do turismo de aventura.

O Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, conceitua o Turismo de Natureza como o segmento do turismo que “permite conhecer o patrimônio natural, as paisagens e as tradições dessas áreas respeitando valores naturais que nelas existem” (ICNB, 2018). Conforme a ABNT NBR 15500, as atividades de Turismo de Aventura são: Atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos. “Turismo de Aventura: orientações básicas, 2010. P. 17-78”. Já o ecoturismo, é definido

como: “[...] Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.”

Considerando as duas modalidades do turismo de natureza, há uma grande variedade de atividades abrangidas, tais como escalada, *trekking*, trilhas em montanhas e/ou cachoeiras, *biking*, observação de vida selvagem e da natureza, que são realizadas de forma desportiva ou para o próprio lazer. Como toda e quaisquer atividade realizada na natureza, este segmento possui um notável risco à segurança de seus visitantes, por se tratar de atrativos conservados ao seu natural, onde existe níveis de riscos para cada atividade que possa a ser realizada nestes espaços, podendo até ser divididas por atividades em terra, em água e no ar. Como retratado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Comparativo de riscos em cada modalidade de atividades no meio natural

	LOCAL	SEGMENTO	ATIVIDADE	RISCOS
TURISMO DE NATUREZA	NÃO SE APLICA	E C O T U R I S M O	OBSERVAÇÃO DA FAUNA; OBSERVAÇÃO DA FLORA; OBSERVAÇÃO DE FORMAÇÕES GEOLÓGICAS; VISITAS A CAVERNAS (ESPELEOTURISMO); OBSERVAÇÃO ASTRONÔMICA; SAFÁRIS FOTOGRÁFICOS; CAMINHADAS E TRILHAS INTERPRETATIVAS	O principal risco que o cliente se submete nesta atividade é relacionado a sua própria condição física, muitas vezes superestimada. Alguns dos riscos inerentes a esta atividade são, tropeços, escorregões, exposição prolongada ao sol, atrito no calçado, torções, entre outros.
			MERGULHO LIVRE	O risco de afogamento é inerente a qualquer atividade de aventura realizada na água.
	TERRA	T U R I S M O D E A V E N T U R A	ARVORISMO; CAMINHADA DE LONGO CURSO; CICLOTURISMO; ESCALADA, RAPEL, TIROLEZA; TREE CLIMBING E TURISMO EQUESTRE.	Os principais riscos nestas atividades terrestres estão no manuseio do equipamento de proteção individual (EPIs) e equipamentos de segurança em geral, condição física, e riscos inerentes, sendo estes: tropeços, escorregões, exposição prolongada ao sol, torções, fraturas etc.
			CAMINHADA DE LONGO CURSO	O principal risco que o cliente se submete nesta atividade é relacionado a sua própria condição física, muitas vezes superestimada. Alguns dos riscos inerentes a esta atividade são, tropeços, escorregões, exposição prolongada ao sol, atrito no calçado, torções, entre outros.
			CANIONISMO	Os cânions são normalmente locais inóspitos com poucas possibilidades de escape, portanto um dos principais riscos em canionismo é a cheia dos rios.
			ESPELOTURISMO	Escuridão, falta ou falha da iluminação; quedas; perda de equipamentos ou suprimentos; alguém se perder do grupo; acidentes com animais peçonhentos e indisposição do cliente.
			Os principais riscos da observação de vida	

		OBSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE	silvestre variam de acordo com o tipo de observação que será realizada, seja em terra (campos de altitude, florestas, cerrados etc.), água (mar, lagoas, alagados etc.). No entanto os riscos inerentes são quedas, torções, picadas de animais peçonhentos, arranhões, insolações, entre outros.
	ÁGUA	BÓIA-CROSS/ACQUARIDE; CANOAGEM; FLUTUAÇÃO; MERGULHO E STAND UP PADLE	O risco principal é o afogamento. Desgaste dos equipamentos de proteção individual (EPIs). E os riscos secundários são pequenos machucados e lesões; há também fatores psicológicos que podem interferir no desempenho do turista no local.
		RAFTING	O risco principal é o afogamento, podem ocorrer também choques contra pedras, galhos e outras embarcações, ocasionando lesões como fraturas e luxações; a portagem é normalmente o momento em que os clientes estão mais expostos a quedas, plantas com espinhos e até mesmo animais peçonhentos; é importante ficar atento a todos os comandos dados pelos condutores.
	AR	BALONISMO	O risco principal é ser conduzido por condutor inexperiente.

Fonte: Adaptado de Dalcom (2018) com base em MTUR (2010) e ABETA.

As atividades do turismo de natureza, por serem realizadas ao ar livre, costumam ser praticadas em unidades de conservação, especialmente em parques nacionais.

A World Wide Fund for Nature (WWF) classifica as unidades de conservação como: “espaços territoriais e marinhos detentores de atributos naturais e/ou culturais, além de especial relevância para a conservação e uso sustentável de seus recursos, desempenhando um papel altamente significativo para a manutenção da diversidade biológica.” [...] “As UCs são legalmente instituídas pelo poder público nas suas três esferas (municipal, estadual e federal).” (WWF, 2022)

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) do Brasil foi instituído através da lei nº 9.985, a qual estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

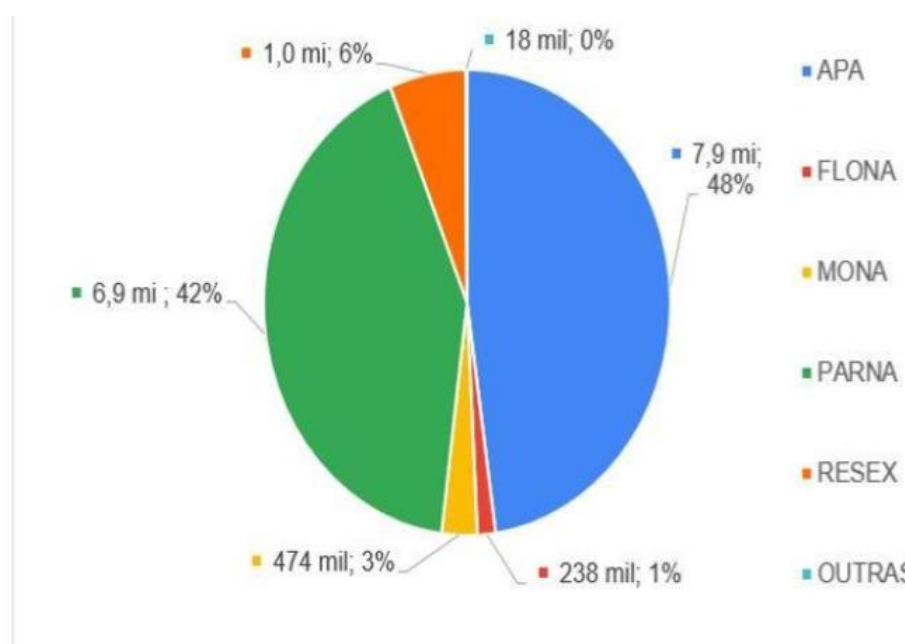
As unidades de conservação são divididas em dois grupos conforme o quadro 2. As unidades de proteção integral têm por finalidade a preservação da natureza, sendo possível apenas o uso indireto destes recursos naturais, de modo mais restritivo e regrado. Enquanto nas unidades de uso sustentável, é possível fazer a conciliação da conservação da natureza e do uso sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, os parques nacionais, são a categoria de UC mais procurada pelos turistas, em razão do nível de preservação de seus atrativos e da grande extensão territorial que possuem, conforme a Figura 2.

Quadro 2 - Divisão de unidades de conservação

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Natural
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva Extrativista
Monumento Natural	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: ICMBio e Ministério do Meio Ambiente, elaboração própria (2022).

Gráfico 1 - Total e porcentagem da demanda de visitação em unidades de conservação por categoria – ano de 2021



Fonte: ICMBio (2022).

Nota: (APA – Áreas de Proteção Ambiental, FLONA – Floresta Nacional, PARNA – Parque Nacional, MONA – Monumento Natural, RESEX – Reserva Extrativista. OUTRAS inclui as categorias: Área de Relevante Interesse Ecológico, Refúgio de Vida Silvestre, Estação Ecológica e Reserva Biológica.)

Os parques nacionais são responsáveis por 42% das visitas, em comparação com outros tipos de unidades de conservação, mesmo num cenário pós-pandêmico, e a tendência continua em alta. Os dez parques nacionais mais visitados do Brasil em 2021, possuem mais de 65% da visitação dos 74 existentes na categoria. Abrangendo diversas faunas, floras e cenários de tirar o fôlego são de extrema importância para o patrimônio natural e turístico. Tendo em vista o nível de implantação desses espaços e a estrutura de gestão que possuem,

esse grande fluxo de visitantes aumenta a necessidade de estudos sobre as condições de segurança com que essas atividades são praticadas.

2.1 As normas de segurança para o turismo de natureza no Brasil

Como visto o turismo de natureza é composto pelo ecoturismo e pelo turismo de aventura. O ecoturismo possui orientações básicas, mas não é informado nenhum tipo de regulamentação prevista pela ABNT, já o turismo de aventura possui regulamentações, abrindo espaço para uma reflexão.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a responsável pela elaboração das normas brasileiras (ABNT NBR), algumas de padrão internacional (Organização Internacional de Normalização - ISO), que influenciam na organização e desenvolvimento do país em questões de economia, segurança e qualidade de produtos e serviços.

As normas estão presentes em diversos setores da sociedade, e tem um papel importante para a aplicabilidade dessas regras para solução ou prevenção de problemas, como no caso da segurança de visitantes em meios naturais.

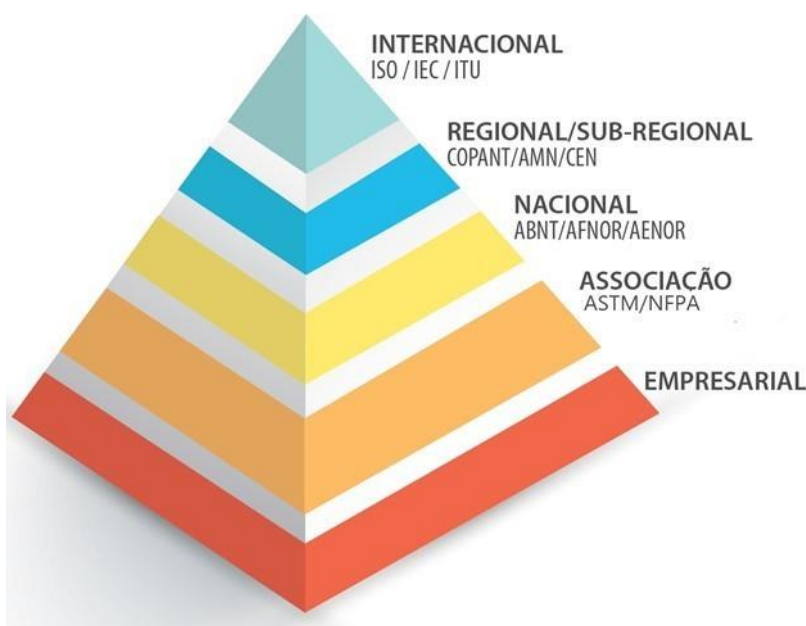
A normalização é tecnologia consolidada, que nos permite confiar e reproduzir infinitas vezes determinado procedimento, seja na área industrial, seja no campo de serviços, ou em programas de gestão, com mínimas possibilidades de errar, entre outros aspectos altamente positivos. [...]” (Pedro Buzatto Costa - Presidente do Conselho Deliberativo da ABNT).

De acordo com a definição da ABNT ISO/IEC Guia 2:2006, as normas:

- a) tornam o desenvolvimento, a fabricação e o fornecimento de produtos e serviços mais eficientes, mais seguros e mais limpos;
- b) facilitam o comércio entre países tornando-o mais justo;
- c) fornecem aos governos uma base técnica para saúde, segurança e legislação ambiental, e avaliação da conformidade;
- d) compartilham os avanços tecnológicos e a boa prática de gestão;
- e) disseminam a inovação;
- f) protegem os consumidores e usuários em geral, de produtos e serviços. e tornam a vida mais simples provendo soluções para problemas comuns.

Existem também os níveis de normalização que, segundo definição da ABNT são: “o alcance geográfico, político ou econômico de envolvimento na normalização, que pode ser realizada no âmbito de: um país específico; uma única região geográfica, econômica ou política do mundo ou vários países do mundo.”, como na figura abaixo:

Figura 1 - Níveis de normalização



Fonte: ABNT (2022).

A existência dessas normas, para a sociedade significa características notáveis de qualidades destes produtos e/ou serviços oferecidos ao cliente, sua confiabilidade, eficiência e como esse conjunto de objetivos a serem alcançados em prol do respeito ambiental e preservação dos locais onde acontecem o turismo de natureza, impactam de forma geral determinada região.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como de cunho exploratório, aplicando o método de revisão sistemática. O método usado consiste em uma revisão bibliográfica e documental, com coleta de dados e apresentação de gráficos.

Quanto às etapas da revisão sistemática, com a principal finalidade de desenvolver e discutir com o tema proposto, com vista na formulação e validação de hipóteses pesquisáveis para estudos futuros, envolvendo também, como mencionado posteriormente, levantamento bibliográfico e documental.

Pergunta proposta: Como as operadoras de turismo de natureza internacionais abordam a segurança do visitante em unidades de conservação?

O conjunto de dados colhidos foram pesquisados entre janeiro e agosto de 2022, na plataforma de pesquisa científica CAPES, a pesquisa foi feita em português e em inglês, para aquisição de maior quantidade de artigos, configurando desta maneira resultados significativos. O preenchimento de dados se deu em três etapas, uma vez que os resultados obtidos respectivamente eram eliminados, partindo do pressuposto de serem aderentes ou não aderentes ao tema proposto e resultado esperado.

Artigos identificados por meio da combinação de palavras-chave: (“turismo de natureza” OU “turismo de aventura” E “protocolos de segurança” E “operadoras internacionais”) EM (Português) E (“adventure tourism” AND “safety” OR “security” AND “travel agencies” OR “tour operators”) IN (English) E (“adventure tourism” AND “safety” OR “security” AND “adventure tour operators” AND “tour operators”) IN (English).

No processo de pesquisa, a primeira etapa se deu nas buscas na plataforma científica CAPES, e na elaboração de uma planilha para organização dos artigos encontrados, separados em: título, ano de publicação e resumo. A segunda etapa seguiu por leitura dos títulos e resumos, e, averiguação da frequência publicação, para validação de dados. A terceira etapa buscou constatar quais artigos seriam selecionados, de acordo com o tema proposto inicialmente, originando eventualmente a exclusão de artigos que não se aplicavam ao tema.

4 RESULTADOS

Ao realizar a pesquisa na plataforma científica CAPES, foram utilizadas combinações de palavras-chave em português e inglês, separadamente e sem restrição de tempo. Do total de artigos que integram o conjunto de dados finais, todos da plataforma científica de pesquisa CAPES, 32 foram selecionados para a composição final de resultados deste artigo. Dos artigos selecionados somente 1 menciona unidades de conservação, 68,8% mencionam segurança, mas não mencionam a segurança do visitante e 56,3% são internacionais.

Mesmo com as combinações de palavras-chave somente na língua portuguesa e inglesa, alguns resultados ainda apareciam em espanhol, e foram selecionados. Ainda que fosse possível obter resultados a partir das combinações de palavras-chave, poucos ou nenhum tinham total relação com o tema proposto, identificando que há uma baixa publicação bibliográfica sobre a segurança do visitante que pratica o turismo de natureza em unidades de

conservação. É possível observar que publicações bibliográficas sobre o turismo de natureza na Nova Zelândia tem um maior volume, compondo 19,33% dos artigos selecionados.

O artigo mais antigo selecionado foi de 2000 e o mais recente de 2021. Ainda que se pese de suma importância estudos para a melhora de infraestrutura e regulamentação no turismo de natureza, sua publicação bibliográfica ainda é muito escassa, em vista que para a composição de dados finais, foram executadas 3 pesquisas na plataforma científica CAPES, sendo necessário selecionar palavras-chave de modo estratégico para que os resultados não fugissem ao tema proposto.

Quadro 3 - Distribuição dos artigos por período, 2000-2021

PERÍODO	QUANTIDADE	ARTIGOS
2000-2007	7	BENTLEY, Tim A, Stephen J PAGE e Ian S LAIRD (2000); BENTLEY, T.A, S.J. PAGE e Ian S LAIRD (2001); BENTLEY, Tim A, Stephen PAGE e Linda WALKER (2004); Mary Jane P Spink, Dolores Galindo, Antonio Cañas e Daniella T. Souza (2004); Mary Jane P Spink, Sérgio Seiji Aragaki e Marina Pigozzi Alves (2005); Jiménez Martín e Pedro Jesús (2006) e Cater e Carl I (2006).
2008-2014	16	BENTLEY, Tim A e Stephen J. PAGE (2008); BENTLEY, Tim A, Stephen PAGE e Joanna EDWARDS (2008); BENTLEY, Tim A, Carol Cater e Stephen J. PAGE (2010); Carnicelli-Filho, Sandro, Gisele Maria Schwartz e Alexander Klein Tahara (2010); Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano e Elenildo Oliveira de Moraes (2011); Patrícia Monteiro Gorni e Marialva Tomio Dreher (2011); Fabrício Peixoto Vasconcelos, Alan Curcino Pedreira Da Silva e Luciana Ferreira Da Costa (2012); Daniel Villalobos-Céspedes, Alfredo Tolón-Becerra e Emílio Galdeano-Gómez (2012); Buckley, Ralf (2012); Daniel Márcio Fernandes Neves (2013); Victor López-Richard, Wellington Roberto Alamino e Marco Fonseca Simões (2013); Brillo de Azevedo Maia, Fabiana e Salomao Alencar de Farias (2013); Eichenberg, Fábio Orlando e Charlei Aparecido da Silva (2013); Spinola, Carolina de Andrade (2013); Lázaro Mediavilla Saldaña (2014) e Gouveia, Leandro Augusto, Marlusa Gosling, Mariana de Feitas Coelho e Gisele de Araujo Pereira (2014).

2015-2021	9	Ana Cristina Rempel de Oliveira e Edegar Luís Tomazzoni (2015); Melo, Stella Maria Carvalho De, e Eveline Porto Sales Aguiar (2016); Decol, Felipe é Rosana Maria Lanzer (2017); António Brandão, Joel Pereira, Francisco Gonçalves, Eduarda Coelho e Luís Quaresma (2017); Almeida, Marcelo, Natane Miyuki Noshi e Mariane Cristina de Carvalho Silva (2019); Wang, Jie, Bingjie Liu-Lastres, Brent W. Riachuelo e Dong-Zi Pan (2019); Cavasini, Rodrigo, Alice Pisani Annes, Jaqueline de Lima Kssesinski e Rafael Falcão Breyer (2020); Lima, Iana Bárbara Oliveira Viana, Carlos Henrique Sopchaki, Édson Vicente da Silva e Laura Mary Marques Fernandes (2021) e Bandeira, Marília Martins, Dirceu Santos Silva e Silvia Cristina Franco Amaral (2021).
-----------	---	---

Fonte: Elaboração própria (2022).

A maior parte dos artigos está redigida em português e/ou inglês, mas também houve a ocorrência de resultados em espanhol, apesar de não ter pesquisado palavras-chave em espanhol e em sua maioria é de origem internacional.

Tabela 1 - Classificação da origem dos artigos

ORIGEM	QUANTIDADE	%
Internacional	18	56,3%
Nacional	14	43,8%

Fonte: Elaboração própria (2022).

Os destinos citados nos artigos da base de dados final são: Blumenau, Pomerode e Gaspar, Costa Rica, Três Coroas, Taquaraçu, Madri, Quixadá, China, Nova Zelândia e *Queensland*.

31,2% dos artigos selecionados mencionam o risco inerente à prática do turismo de aventura, 3,1% mencionam a segurança do visitante, 6,3% mencionam a criação de protocolos de segurança para o turismo de aventura, abrangendo também políticas públicas e governança entre municípios e 6,2% mencionam normas. No gráfico abaixo, é possível identificar todos os termos de relevância a pergunta proposta, usados nos artigos selecionados:

Tabela 2 - Total e porcentagem da classificação dos termos usados nos artigos selecionados

TERMO	TOTAL	%
Atividades turísticas	1	3,13%
Governança	2	6,25%
Mercado turístico	1	3,13%
Motivação da prática do Turismo de Aventura	3	9,38%
Normas	2	6,25%
Operadoras	3	9,38%
Políticas Públicas	1	3,13%
Protocolo de Segurança	2	6,25%
Risco	10	31,25%
Satisfação do turista	1	3,13%
Segurança	5	15,62%
Segurança do visitante	1	3,13%
Sustentabilidade	1	3,13%
Turismo de Aventura	1	3,13%

Fonte: Elaboração própria (2022).

Pouco se fala sobre operadoras internacionais nos destinos de estudo dos artigos, ou da articulação destes com o trade local, operadoras locais e órgãos públicos para um fim em comum: a segurança do visitante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram selecionados 32 artigos em sua totalidade, sendo que poucos ou nenhum menciona a segurança do visitante em parques nacionais ou unidades de conservação. Em sua maioria são artigos mais amplos, que mencionam questões sociodemográficas do turismo de aventura, mencionam os riscos inerentes à prática desta modalidade, ou somente sobre o turismo em si e até mesmo sobre sustentabilidade.

Por ser um assunto pouco pesquisado, é perceptível que se faz necessário continuar a pesquisar sobre a segurança do visitante, visto que o turismo de natureza no Brasil e em todo o mundo tem alta de procura todos os anos, e é necessário o pensamento de protocolos de gestão da segurança pré-definidos, para que os municípios que fazem parte ou estão nos entornos destes parques nacionais e unidades de conservações que são destinos turísticos, saibam como articular um plano de busca e salvamento e de prevenção também, para que possa vir a evitar acidentes de todos os tipos.

Também foi observado que as normas de segurança brasileira, em sua maioria são para o turismo de aventura, em pesquisa ampla na internet, não houve êxito em encontrar normas de segurança brasileira que abrangesse de forma ampla todo o turismo de natureza.

5 AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB) pela abonação de recursos fundamentais para execução e conclusão deste artigo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA (ABETA). Disponível em: <http://abeta.tur.br/pt/>. Acesso em: 6 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISSO 31000. **Gestão de riscos: princípios e diretrizes**. Acesso em: 14 set. 2022.

BEZERRA; SANTOS, Givaldo. **Os fundamentos teóricos** – conceituais do ecoturismo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/22.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. ICMBIO E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Unidades de conservação federais atingem novo recorde de visitação em 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/unidades-de-conservacao-federais-atingem-novo-recorde-de-visitacao-em-2021>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. ICMBIO E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Visitação nas Unidades de Conservação (2016-2020) - Consolidação - COEST/CGEUP. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDkxY2JjN2U0MjE4Zi00NzNjLWJjYzItNDkxYzhmYzBmZjUxIiwidCI6ImMxNGUyYjU2LW1YmMtNDNiZC1hZDljLTQwOGNmNmNjMzU2MCJ9>. Acesso em: 20 set. 2022.

LIMA, Bruno Souza; RAIMUNDO, Thalita Almeida; EICHENBERG, Fábio Orlando. A importância da gestão de riscos para o segmento de turismo na natureza, **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 17, dez. 2014. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/17/turismo-natureza.html>

CNN BRASIL. **Ecoturismo no Brasil: a tendência que veio para ficar no pós-pandemia**. Disponível em: <https://viagemgastronomia.cnnbrasil.com.br/noticias/ecoturismo-no-brasil-a-tendencia-que-veio-para-ficar-no-pos-pandemia/?amp>. Acesso em: 14 jul. 2022.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio. **Risco: o conceito e sua aplicação. Módulos e Riscos e Unidades Ambientais.** Campinas: Unicamp. Out. 2007.

DIAS; R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente.** São Paulo: ATLAS, 2003.

ECO ADVENTURE. Disponível em: <https://www.extremeeoadventure.com.br/chapada-diamantina>. Acesso em: 16 fev. 2022.

EL PAÍS. **Restos mortais de Hugo Ferrara, espanhol desaparecido em 2015, são encontrados no Brasil.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/12/internacional/1494571731_355887.html. Acesso em: 20 set. 2022.

FREITAS; JODRIAN. **Gestão de risco para turismo de aventura.** Barueri/São Paulo: Manole, 2018.

G1 GLOBO. **Casal de turistas franceses desaparece em trilha na Chapada Diamantina e um deles é achado morto.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/08/25/casal-de-turistas-franceses-desaparece-em-trilha-na-chapada-diamantina-e-um-deles-e-achado-morto.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

G1 GLOBO. **Idosa é resgatada por aeronave após se acidentar em área de difícil acesso durante passeio na Chapada Diamantina.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/03/09/idosa-e-resgatada-por-aeronave-apos-se-acidentar-em-area-de-dificil-acesso-durante-passeio-na-chapada-diamantina.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

ICMBIO. **Educação Ambiental: SNUC.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.

LIMA, Bruno Souza; EICHENBERG, T. A. R. Y. F. O. A importância da gestão de riscos para o segmento de turismo na natureza. **Revista: Turydes Revista Turismo y Desarrollo**

LINDBERG; HAWKINS, K.; D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** 2 ed. SENAC, São Paulo, 1999.

LÓPEZ-RICHARD et al. Gerenciamento de riscos em programas de aventura. **Revista Turismo Em Análise**, v. 18, n. 1, p. 94-108, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v18i1p94-108>. Acesso em: 13 set. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza-snuc>. Acesso em: 9 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ROTEIRO BONITO MS. **Dados do Ecoturismo no Brasil:** mercado e as perspectivas. Disponível em: <https://roteirobonitoms.com.br/dados-do-ecoturismo-no-brasil/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Norma técnica define requisitos de segurança para Turismo de Aventura.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/norma-tecnica-define-requisitos-de-seguranca-para-turismo-de-aventura,f92ec6c994746510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SPINK, Mary Jane. et al. **Onde está o risco?** Os seguros no contexto do turismo de aventura. Psicologia e Sociedade. São Paulo, 2004.

TURISMO, Ministério do. **Ecoturismo:** orientações básicas. 2. ed. Brasília: Mtur, 2010. p. 17-78.

INTERNATIONAL CODE FOR THE PROTECTION OF TOURISTS (UNWTO). Disponível em: <https://www.unwto.org/international-code-for-the-protection-of-tourists>. Acesso em: 18 jun. 2022.

WIKIPARQUES E ICMBIO. **Unidades de conservação atingem recorde de visitação em 2021.** Disponível em: <https://www.wikiparques.org/noticias/parques-nacionais-atingem-recorde-de-visitacao-em-2021/#:~:text=O%20Instituto%20Chico%20Mendes%20de,4%20milh%C3%B5es%20no%20ano%20anterior..> Acesso em: 16 ago. 2022.

WWF-BRASIL. **Certificação em turismo:** lições mundiais e recomendações para o Brasil. WWF, 2001.

WWF. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC). Disponível em: <https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/educacaoambiental/conceitos/uc/>. Acesso em: 18 ago. 2022.